



Fragmentação socioespacial e temporal do espaço público em Chapecó, Mossoró e Marabá

Recebido: 2022-05-21

Aceito: 2022-10-24

Pablo Bender

Instituto Federal de Santa Catarina, Câmpus Gaspar, Brasil,
pablomartinbender@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-8245-9813>

Cómo citar este artículo:

Bender, P. (2022). Fragmentação socioespacial e temporal do espaço público em Chapecó, Mossoró e Marabá. *Revista INVI*, 37(106), 96-120.

<https://doi.org/10.5354/0718-8358.2022.67158>



Fragmentação socioespacial e temporal do espaço público em Chapecó, Mossoró e Marabá

Palavras chaves: cidades médias; “morte” do espaço público; Brasil.

Resumo

Se apresenta uma análise do espaço público das cidades médias de Chapecó, Mossoró e Marabá, desde uma perspectiva geográfica, analisando a infraestrutura de lazer destas cidades, assim como as práticas nelas realizadas. Se discute de forma crítica a categoria forânea de “morte” do espaço público, contrapondo uma análise empírica de três cidades médias brasileiras, no contexto da teoria relacionada à fragmentação socioespacial. Também se apresentam características dos espaços públicos dessas cidades que diferem das encontradas em grandes metrópoles: nas cidades pesquisadas, temos a presença de extensas e bem equipadas áreas de lazer localizadas em regiões centrais, sendo utilizadas pelas classes médias, mas também por moradores de áreas periféricas, se bem que de maneira temporalmente fragmentada, é dizer, durante dias diversos. Por outro lado, se observam tendências para a privatização das tradicionais funções do espaço público e maior uso de normas e controles, explícitos ou implícitos, mas não sem disputas e resistências por parte dos usuários. Sendo assim, os dados recolhidos se contrapõem às teorias excessivamente pessimistas relacionadas à “destruição” ou “morte” inexorável do espaço público. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica, análise de planos diretores, realização de entrevistas, aplicação de enquetes, elaboração cartográfica e trabalho de campo.



Abstract

An analysis of the public space of the medium-sized cities of Chapecó, Mossoró and Marabá is presented, from a geographical perspective, analyzing the leisure infrastructure of these cities, as well as the practices carried out in them. The foreign category of “death” of public space is critically discussed, contrasting an empirical analysis of three medium-sized Brazilian cities, in the context of the theory related to socio-spatial fragmentation. There are also characteristics of public spaces in these cities that differ from those found in large metropolises: in the cities surveyed, we have extensive and well-equipped leisure areas located in central regions, which are used by the middle classes, but also by residents of areas peripheral areas, although in a temporally fragmented way, that is, during different days. On the other hand, there are trends towards the privatization of traditional functions of public space and greater use of norms and controls, explicit or implicit, but not without disputes and resistance from users. Thus, the data collected contrasts with the excessively pessimistic theories related to the inexorable “destruction” or “death” of public space. The methodology used was the literature review, analysis of master plans, conducting interviews, conducting surveys, cartographic elaboration and fieldwork.

Sociospatial and temporal fragmentation of public space in Chapecó, Mossoró and Marabá

Keywords: “death” of public space; medium cities; Brazil.

Introdução

O presente trabalho analisa comparativamente o espaço público de três cidades médias brasileiras: Marabá (PA), Mossoró (RN) e Chapecó (SC), localizadas nas regiões norte, nordeste e sul do Brasil, respectivamente, desde uma perspectiva geográfica. O foco da análise recai principalmente nas práticas cotidianas realizadas no espaço público, assim como na sua distribuição e qualidade de infraestrutura. O texto se acha inserido numa pesquisa mais ampla denominada Projeto Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira: escalas, vetores, ritmos e formas (FragUrb); a qual busca compreender o processo de fragmentação socioespacial e as lógicas neoliberais que se antepõem ao direito à cidade nas cidades de Chapecó/SC, Dourados/MS, Ituiutaba/MG, Marabá/PA, Maringá/PR, Mossoró/RN, Presidente Prudente/SP, Ribeirão Preto/SP e São Paulo/SP.

Um dos planos analíticos nos quais se desdobra a citada pesquisa geral é “desdobramentos da lógica socioespacial fragmentária sobre o par espaço público/espaço privado”. Este plano considera que o espaço público é um elemento fundamental da vida urbana, pois desenvolve uma função integradora e conectiva na cidade, servindo comonexo e produtor das relações sociais, materiais e de recreação. Não obstante, nas últimas décadas sua fragmentação física e cultural têm-se aprofundado, tanto nas grandes metrópoles da América Latina (Caldeira, 2000; Prévôt-Schapira, 2001), quanto em algumas cidades médias brasileiras (Sposito e Góes, 2013).

Para entender a dinâmica do processo de fragmentação socioespacial (escala macro), vamos observar as práticas cotidianas de lazer e recreação dos cidadãos destas cidades, realizadas no espaço público (escala micro), através da análise de enquetes, entrevistas, revisão bibliográfica e trabalho de campo. Segundo Lindón (2006), é no nível do cotidiano, onde socializam os indivíduos, que acontece a reprodução social, a partir das práticas espaciais ligadas ao trabalho, ao lazer e ao consumo, estas subordinadas à lógica do capital. Nessa perspectiva, as práticas espaciais não têm apenas a ver com experiências individuais, senão com o caráter social da percepção do e no espaço. Desta maneira, é importante destacar que a análise das práticas espaço-temporais das pessoas, não conduz a uma análise do indivíduo, senão que se orienta à construção de padrões sociais de comportamentos espaço-temporais.

Se bem as cidades abordadas neste texto representam só três casos dentro de um universo de cidades médias existentes no Brasil, as mesmas se encontram localizadas em regiões diversas, tanto do ponto de vista socioeconômico quanto paisagístico. Por este motivo, consideramos que o desafio de analisar comparativamente o espaço público nestas cidades é necessário, a fim de começar a descobrir tendências no contexto urbano brasileiro. Devemos considerar que se bem existem estudos em relação a espaços públicos de grandes metrópoles brasileiras (Macedo, 2002; Serpa, 2004), cujas reflexões são frequentemente utilizadas para entender lógicas e processos de outras cidades sem importar o lugar que elas ocupam na hierarquia urbana; em nosso trabalho percebemos que a dinâmica dos espaços públicos das cidades médias difere das grandes

metrópoles, pelo menos em alguns aspectos. Por fim, queremos chamar a atenção acerca da necessidade de analisar criticamente teorias elaboradas por autores estadunidenses e europeus, que são frequentemente extrapoladas de maneira mecânica a análise das realidades de países latino-americanos.

Sendo assim, o objetivo do presente trabalho é comparar as práticas espaciais realizadas em espaços públicos nas cidades de Mossoró, Marabá e Chapecó, seus espaços de lazer e suas relações com os espaços privados. Essa análise possibilitará a apreensão do processo de fragmentação socioespacial, sobretudo a partir do seu caráter físico e simbólico, podendo evidenciar novas relações público-privadas, assim como também formas de resistência e “usos criativos” do espaço.

Descrição da problemática e estado da arte

Neste texto vamos focar na análise dos “espaços públicos” onde são realizadas atividades de lazer e recreação, como parques urbanos, calçadas e praças, sendo importante definir esta categoria que adquire frequentemente significados diversos, nem sempre precisos. Assim, “espaço público” é uma expressão plurívoca, que designa, ora, um espaço de ordem metafórico, político e social, ora, um espaço construído e concreto. Como espaço metafórico, é usado como sinônimo de “esfera pública”, conceito advindo da filosofia liberal desenvolvido principalmente por Habermas (2003), e que remete a um ambiente ideal, aberto e democrático de debates, consensos e resolução de conflitos. Neste sentido, o conceito de “esfera pública” está principalmente ligado ao processo pelo qual o público (os indivíduos que usam a razão e a argumentação), se organiza como portador da opinião e dos interesses coletivos, ocupando um espaço onde a crítica ao poder político se exerce.

Na crítica de Nancy Fraser (1993) à concepção de “esfera pública” de Habermas, a autora argumenta que existiram já a partir do século XIX, ambientes públicos de debate não liberais, como os sindicatos e outras agrupações políticas, muitos deles conformados por mulheres, que enfrentaram abertamente os interesses da esfera pública burguesa e masculina, descrita por Habermas. Greves, manifestações, distúrbios e reclamos por direitos, mostram a diversidade de espaços discursivos e contra-públicos existentes na sociedade (Fraser, 1993). Nesta linha de pensamento, Rosalyn Deutsche afirma que “Por mais que a esfera pública democrática prometa abertura e acessibilidade, nunca poderá ser uma comunidade política completamente inclusiva ou plenamente constituída. Consiste, desde o início, em uma estratégia de diferenciação que depende de certas exclusões constitutivas” (Deutsche, 2018, p. 133).

Por outro lado, enquanto material e concreto, o espaço público refere-se ao espaço jurídico que faz parte do território de um Estado, e que serve de elo relacional com os espaços privados, ao mesmo tempo em que se opõe a ele a partir de uma dimensão jurídica diferente. Duhau e Giglia (2004, p. 59) utilizam o termo “espaço legalmente público” para se referir ao espaço urbano que não faz parte do espaço privado de

casas, empresas ou indústrias, e que constitui o “tecido conectivo” que organiza a cidade e a experiência urbana. Ainda do ponto de vista legal, segundo Delgado (2011), podemos defini-lo como um espaço sujeito a regulamentação por parte da administração pública, onde são desenvolvidos vínculos sociais e relações com o poder, quem define (não sem disputas), as condições para o seu uso. Segundo Gomes (2002), uma abordagem geográfica do espaço público deve considerar as relações entre as duas dimensões, a política/filosófica e a material/jurídica, pois ambas compõem um conjunto inseparável de sistemas de objetos e sistemas de ações, onde práticas cotidianas, disputas e solidariedades, se realizam.

Nas últimas décadas, na América Latina, os crescentes processos de privatização e ajustes fiscais implementados durante os governos neoliberais, têm impactado também nas formas e conteúdos do espaço público. Este contexto tem dado como resultado um aumento do controle social e da gestão privada sobre os espaços públicos, falta de investimentos (principalmente em infraestrutura de áreas periféricas), cercamento de praças e parques, e aplicação de restrições para usos sociais e políticos.

Neste contexto, segundo Prévôt-Schapira (2001, p. 41), a complexidade das transformações operadas nas grandes cidades da América Latina, principalmente a partir da década de 1990, produzem uma “sociedade arquipélago”, que dá visibilidade crescente às diferenças, enquanto que são enfraquecidos os laços comunitários e as instituições públicas. A crescente interferência da gestão privada na cidade, os problemas de mobilidade e a perda do espaço público como elemento integrador, são alguns dos elementos que caracterizam o processo de fragmentação socioespacial.

De acordo com Sposito e Góes (2013, p. 294), em muitas cidades médias do Brasil, o processo de auto segregação está-se intensificando, por meio da adoção de barreiras, tanto materiais quanto culturais, para tentar manter altos padrões de segurança, consumo e status; e que se manifesta no espaço urbano através da crescente construção de condomínios fechados e shopping centers. A adoção de estratégias de separação física e simbólica, e de fortes medidas de segurança, fragilizam as relações entre os moradores na cidade pelas novas práticas espaciais que incorporam, configurando o processo de fragmentação socioespacial. Esse processo ameaça o direito à cidade, ao tempo em que aprofunda as desigualdades em relação ao uso dos espaços e serviços públicos.

O Estatuto da Cidade é o instrumento da Carta Magna que busca garantir e regular a função social da propriedade no Brasil, tanto pública quanto privada, com a finalidade de gerar condições de bem-estar coletivo e equilíbrio ambiental, estabelecendo como dever do Estado, oferecer oportunidades de lazer e recreação a todos os seus cidadãos. O Estatuto da Cidade explicita que, por seu caráter de público e gratuito, a presença de praças e parques bem-dotados de infraestrutura democratiza o acesso à recreação, ao esporte e à sociabilidade nas cidades. Quando colocadas em prática, estas disposições restringem o processo de fragmentação socioespacial e ajudam a democratizar o acesso ao espaço público de qualidade.

Mas apesar das diretrizes esgrimidas no Estatuto da Cidade, Macedo (2002), que analisou espaços públicos em 18 metrópoles brasileiras, adverte que não existem parques e praças públicas suficientes, nem há uma distribuição equitativa dessas instalações, tanto na escala regional quanto intra urbana. Muitos desses

espaços públicos são de difícil acesso para grande parte da população, principalmente para as pessoas de baixa renda, por estarem muito distantes, abandonados ou mal providos de infraestrutura.

Ainda em relação à distribuição dos espaços públicos e sua acessibilidade, o estudo realizado por Cassou (2009) observou que fatores ambientais como beleza, limpeza e boa infraestrutura, além de amplo estacionamento de veículos, foram os principais motivos que motivaram os usuários a frequentar os parques de Curitiba. Ao contrário, a presença de resíduos, vandalismo e manutenção ineficiente foram os fatores que geraram apatia. O autor afirma que o nível socioeconômico dos usuários era médio ou alto, e com alto nível de escolaridade. Nessa mesma linha de interpretação, Serpa (2004), que baseou sua análise no estudo de Salvador e Paris, chama a atenção para o fato de que a apropriação e uso dos parques nessas metrópoles é desigual, devido às distâncias que devem ser percorridas e pelos problemas de mobilidade entre os habitantes de menor renda. Serpa (2004) também afirma que, em geral, o investimento público nesses equipamentos está concentrado em áreas centrais, visíveis e turísticas, e não em bairros de baixa renda. Segundo o autor, a cidade contemporânea, o atendimento das necessidades de consumo e recreação das classes médias é o foco das políticas públicas e o “motor de transformações urbanas complexas” (Serpa, 2004, p. 26).

O aumento do individualismo que acompanha a expansão urbana difusa e o desenvolvimento da indústria e infraestrutura automotriz, somado à privatização das funções tradicionais desempenhadas pelo espaço público, por meio da crescente construção de shopping centers e condomínios fechados, geraram, segundo a antropóloga brasileira Teresa Caldeira, uma “crise” do espaço público (Caldeira, 2000). Já autores norte-americanos como Mike Davis ou Richard Sennett, vão mais longe e se arriscam a falar sobre sua “destruição” (Davis, 2003), ou mesmo a sua “morte” (Sennett, 1999). Neste sentido, podemos dizer que embora leis como as expressas no Estatuto da Cidade e na Política Nacional de Mobilidade Urbana priorizam a função social da propriedade e a gestão democrática da cidade, na prática, muitas administrações descumprem seus regulamentos, sobrepondo os interesses privados aos direitos públicos.

De todas formas, decretar a inexorável “destruição” ou “morte” do espaço público, sem considerar as práticas de resistência que nele frequentemente acontecem, parece ser uma afirmação excessivamente pessimista e carente de análise empírica. A perspectiva de Crawford (2014, p. 126), embora reconheça que “o espaço construído” está cada vez mais disperso, monitorado e destinado principalmente à circulação de automóveis, também destaca que “o espaço vivido” desenvolve uma dinâmica social entre usuários de espaços públicos banais, como estacionamentos e ruas, que silenciosamente vai integrando o tecido social das cidades, confrontando o processo de fragmentação socioespacial.

Por sua vez, Souza (2018) sugere que a “tese do fim dos espaços públicos” associada às cidades pós-modernas (principalmente dos EUA) e generalizada para cidades em todo o mundo, deve ser problematizada; assim, propõe a substituição da palavra “fim” (com sentido de finitude), pela expressão “fins”, com sentido de “finalidades”. Para esse autor, anunciar seu “fim” generalizado é uma interpretação “drástica e pessimista”, que não favorece a construção de possibilidades alternativas e novas interpretações (Souza, 2018, p. 203).

No relacionado às problemáticas dos espaços públicos das cidades aqui analisadas, podemos verificar que de modo geral, a bibliografia disponível ainda é escassa, devido a que as instituições de ensino superior nelas presentes são relativamente recentes, não contando com um número significativo de estudos, como sim são encontrados ao analisarmos grandes metrópoles brasileiras. De todas formas, vamos apresentar a continuação o estado da arte sobre a problemática dos espaços públicos em Mossoró, Chapecó e Marabá, assim como algumas características socioeconômicas destas cidades.

CHAPECÓ

Chapecó é um município do oeste de Santa Catarina de 227.000 habitantes, que congrega importantes agroindústrias, com destaque à produção e exportação de proteínas suínas (maior produtor do Brasil) e avícolas. A região, que estava povoada pelas tribos Kaingang e Guarani, foi colonizada nas primeiras décadas do século XX por imigrantes gaúchos (filhos de italianos e alemães), que tiveram acesso à propriedade da terra a partir de uma política governamental de subdivisão do latifúndio, num contexto de disputa de territórios com a Argentina. Nesse contexto, a cidade nasceu planejada no ano de 1931, e é caracterizada pela presença de largas avenidas e calçadas amplas, principalmente na área central da cidade, onde também reside parte da classe média e alta, além de ser o local onde se concentram as principais atividades comerciais, bancárias e administrativas. A avenida Getúlio Vargas e o Ecoparque (localizado sobre essa avenida), podem ser considerados os espaços públicos centrais da cidade (Figura 1).

Neste sentido, a dissertação de Antunes (2009) analisa, desde a perspectiva etnográfica, as “sociabilidades” na Avenida Getúlio Vargas, focando nas práticas que delimitam e criam “lugares”. São apresentados diferentes contextos de sociabilidade, que abrangem desde o passeio na parte central da avenida e as baladas na rua, até o chamado “prolonga”, setor envolvido por conotações de transgressividade e permissividade.

Já o trabalho de Liberali (2019), reconta a história da pista de skate que existia no antigo calçadão da cidade. Tanto pista quanto calçadão foram demolidos no ano de 2007, para dar lugar a vagas de estacionamentos da loja Havan, que nesse mesmo ano, e a metros da pista, abriu suas portas. Além de pista de skate, o antigo calçadão de Chapecó abrigava uma série de serviços, infraestrutura e pequenos comércios, como lanchonetes, banheiro público, floricultura e bancos, que favoreciam a sociabilidade (Liberali, 2019, p. 18).

Por sua vez, Keschner (2017) analisa as práticas de sociabilidade que são realizadas no estacionamento privado da Havan durante o período noturno, e as disputas que estas práticas suscitam com os bares próximos, com a própria loja e com a polícia. Finalmente, Bender e Góes (2022) destacam as práticas espaciais e as normas formais e informais que regulamentam o espaço público de Chapecó, assim como também as ações de coerção e coerção envolvendo autoridades municipais e forças de segurança, que em conformidade com o setor empresarial, intentam expulsar os jovens do centro. No artigo também se evidencia um aumento do monitoramento, da privatização e do “apadrinhamento” do espaço público, e a destruição planejada de infraestrutura pública de lazer por parte da prefeitura, processo que aconteceu não sem resistências e disputas.

MOSSORÓ

Mossoró é uma cidade média de 303.000 habitantes localizada no interior do Estado do Rio Grande do Norte, no nordeste, a região com maiores carências econômicas do Brasil. O município é um dos maiores produtores nacionais de petróleo em terra e, além disso, se destaca na produção de frutas irrigadas para exportação e sal (maior produtor brasileiro).

Uma das principais problemáticas existentes nos espaços públicos de Mossoró, está relacionada ao grande número de vendedores ambulantes e camelôs presentes no centro da cidade, e no chamado Corredor Cultural, um grande complexo de recreação, esporte, cultura, consumo e lazer de aproximadamente 1,5 km de extensão, localizado no centro da cidade. No “Corredor” se localiza o Museu do Petróleo, o Memorial da Resistência, o Teatro Municipal Dix-Huit Rosado, pistas de skates, caminhada, Praça da Criança, praça de eventos, lanchonetes, restaurantes e numerosos campos de esporte (Figura 2). Nascimento e Beserra (2011), em linha com o argumentado por Castro (2012), analisam a “exclusão social” gerada pelo Corredor Cultural e o tratamento desigual que recebem os comerciantes que fazem uso desse espaço. Assim, os autores relatam que os empresários recebem licenças e anuências por parte da prefeitura, enquanto que vendedores ambulantes e camelôs são perseguidos e multados. Neste contexto, se desenvolvem mecanismos de resistência e organização, mas também de negociação e solidariedades (Sousa e Beserra, 2021).

Por sua vez, Costa (2010), problematiza acerca da privatização da Praça da Criança, uma área de brinquedos de mais de 5.000 metros quadrados inaugurada em 2008, e que teve um orçamento de mais de R\$2,8 milhões de reais (\$1,65 milhões de dólares naquele ano). Localizada sobre o Corredor Cultural, a Praça da Criança foi entregue a uma empresa privada para sua gestão no mesmo ano da sua inauguração, e ainda continua cobrando ingressos, conforme verificamos nos trabalhos de campo realizados em 2019 e 2022.

MARABÁ

Por outro lado, a cidade de Marabá tem aproximadamente 283.000 habitantes, e se localiza no sudeste do Estado do Pará, região amazônica, na confluência dos rios Tocantins e Itacaiúnas. Marabá faz fronteira com a floresta amazônica, e se situa numa região com fortes focos de conflitos rurais e migração campo-cidade, devido aos processos de “modernização” agrícola e pecuária que nela se desenvolvem. Além disso, a cidade se localiza próxima à chamada Serra dos Carajás, uma das maiores bacias de extração mineral do mundo. Desde o estouro da recessão mundial em 2008, Marabá sofreu um forte processo de desindustrialização, passando de ter 11 grandes siderúrgicas funcionando com capacidade plena em janeiro de 2008, a somente uma funcionando em julho de 2009, situação que ainda se mantém.

Em relação ao espaço público de Marabá, com mais de 2,7 km de extensão, a “Orla” sobre o rio Tocantins é o espaço público central da cidade e seu principal ponto turístico (Figura 7). Lima (2021), afirma que existe um processo de segregação socioespacial no núcleo Marabá Pioneira, que se iniciou a partir da

construção da mencionada orla e sua posterior valorização comercial e imobiliária. Alves (2016), se bem não explicita de forma clara sua metodologia de pesquisa, afirma que nos bairros Cabelo Seco e Santa Rosa, atividades “tradicionais”, como lavar a roupa no rio, pescar ou brincar na água, estão sendo substituídas por outras “modernas”, relacionadas a atividades comerciais e de lazer.

Já analisando outros espaços públicos da cidade, Silva (2017), estabelece relações entre o espaço público e a prostituição, levando em consideração as diferentes estratégias de territorialização realizadas por travestis na Praça Monsenhor Baltazar Jorge, no núcleo Nova Marabá. Com uma leitura advinda desde o urbanismo, a arquitetura e o planejamento, Cardoso e Bibas (2015) destacam que os espaços públicos de Marabá são produzidos desde a perspectiva do paisagismo apenas, sem considerar os saberes tradicionais dos moradores. Os autores destacam que nas áreas planejadas da cidade, observa-se uma negação da identidade local e a imposição da cultura do carro, enquanto que os espaços públicos das áreas tradicionais, por estarem melhor adaptados às características naturais da paisagem, são mais utilizados.

Metodologia

Para a elaboração deste artigo, além de revisão bibliográfica e jornalística, foram realizadas entrevistas com moradores das cidades pesquisadas, assim como percursos acompanhados por vizinhos da cidade em espaços públicos. Também foram de grande importância os trabalhos de campo efetuados nos anos de 2019 e 2022, cada um com 10 dias de duração por cidade, e onde observamos e analisamos espaços públicos centrais e periféricos, assim como as práticas neles realizadas. Neles, capturamos fotografias, aplicamos enquetes e conversamos com usuários; enquanto que também conversamos com pessoal hierárquico das prefeituras e líderes comunitários. Análise de planos diretores e sítios web de empresas imobiliárias, assim como leitura e análises de artigos de jornal e dados estatísticos disponíveis na internet, foram de particular ajuda, principalmente durante o período da pandemia, quando nos foi impossível realizar trabalho de campo.

No relacionado às entrevistas, foram analisadas no total 40, realizadas a moradores de condomínios fechados de alto e médio padrão, e a moradores de habitats populares. Diagramadas pela frente metodológica “Entrevistas”, do Projeto FragUrb, elas são semi-estruturadas e contam com um roteiro de 77 perguntas, que contemplam as dimensões analíticas contempladas no Projeto: lazer, trabalho, mobilidade e moradia.

Em relação aos Percursos acompanhados por espaços públicos (PAEPs), a metodologia também foi desenvolvida pelo Projeto FragUrb, e consiste, em resumidas palavras, em acompanhar a um morador de habitat popular ou de condomínio fechado de médio ou alto padrão, pelo trajeto que habitualmente realiza por um espaço público, enquanto vai respondendo perguntas e brindando suas opiniões e percepções. O trajeto é mapeado e a conversa é gravada para posterior análise. Durante a aplicação da metodologia, é de particular interesse conhecer as principais problemáticas e apreciações desse espaço público na avaliação do colaborador,

assim como questões relacionadas às práticas cotidianas aí realizadas, qualidade da infraestrutura, segurança, perfil socioeconômico do entorno, relações público-privadas, entre outras. A metodologia foi executada em seis oportunidades, nas cidades de Mossoró e Marabá, enquanto que, devido à pandemia, não conseguimos realizá-la na cidade de Chapecó. Neste sentido, uma descrição detalhada acerca dos procedimentos metodológicos ligados a “entrevistas” e “percursos” pode ser consultada no livro lançado pelo Projeto FragUrb (Góes e Melazzo, 2022).

Por fim, foram aplicadas 110 enquetes a usuários dos espaços públicos centrais das três cidades aqui analisadas. A partir da aplicação das enquetes podemos saber o bairro de residência, a idade e a profissão, traçando desta maneira seu perfil sócio-econômico; além de capturar aspectos relacionados às principais problemáticas e potencialidades desses espaços públicos, na avaliação dos usuários. Finalmente, no caso de Chapecó, foi realizada uma exaustiva análise comparativa entre os Planos Diretores de 2004 e 2014, tentando reparar as limitações que a pandemia impôs ao trabalho de campo nessa cidade.

Resultados

CHAPECÓ

Em relação à cidade de Chapecó, foi percebido uma notável mudança na política urbana referente aos espaços públicos se compararmos o governo do PT e os governos que se sucederam a partir do ano 2006 (PP, DEM, PSD). Durante o governo do PT foi construída a pista de skate no centro da cidade, enquanto que foi elaborado um audaz plano diretor, com ampla participação popular, que desenhou uma extensa rede de ciclovias, parques e áreas verdes. A partir de 2007, aconteceram importantes mudanças na gestão da política urbana, passando a ocupar o setor privado, principalmente o setor comercial e imobiliário, um papel protagonista.

Neste sentido, as Áreas de Interesse Ambiental, e que estavam reservadas para a criação de parques, foram transformadas em áreas de Interesse Ambiental e Moradia, permitindo a edificação nessas áreas; muitas delas foram ocupadas por condomínios fechados e bairros planejados. Assim, nas campanhas de *marketing*, as empresas imobiliárias passaram a promover com particular ênfase à possibilidade de “poder adquirir contato estreito com a natureza”. Além disso, vários destes empreendimentos oferecem ciclovias e pistas de caminhada, infraestruturas ausentes no restante da cidade ainda hoje, apesar de que o Plano Diretor de 2004 tinha projetado a construção de 80 km de ciclovias. Por outro lado, nenhum dos numerosos parques previstos no Plano Diretor de 2004 foi projetado.

Nas entrevistas podemos comprovar que um dos principais reclamos dos cidadãos desta cidade em relação à política é a falta de espaços públicos de qualidade, conforme apontado por Cláudia, de 58 anos, moradora do bairro Jardim Itália:

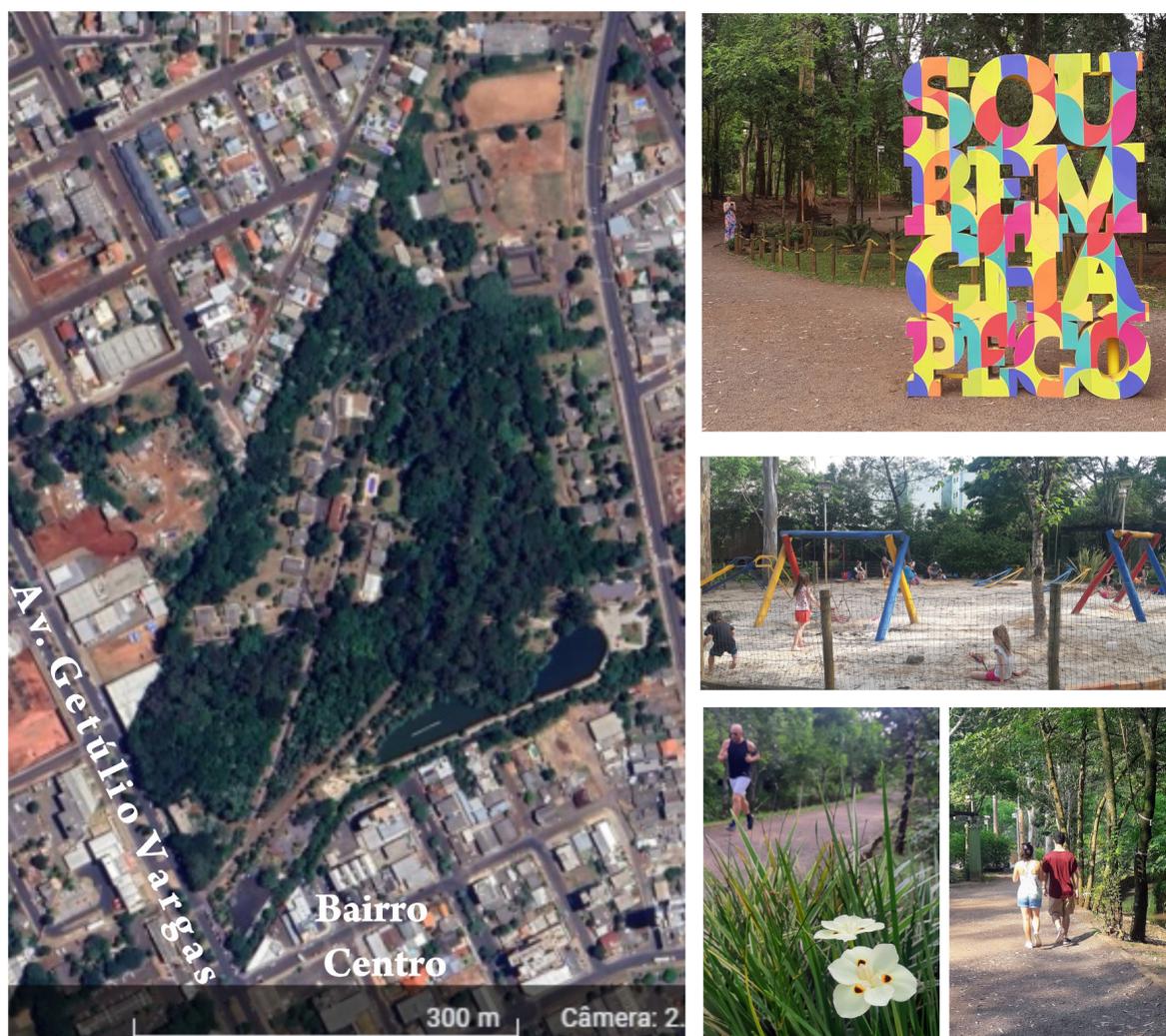
Essa é uma das principais limitações que temos na cidade, poucos espaços públicos onde as crianças e os jovens podem ir, e até os adultos. Existem alguns, mas mal cuidados, abandonados e até com risco de segurança. Temos o Ecoparque, que é um lugar para passear, mas fica longe, do outro lado da cidade. Então, quando eu quero caminhar, dou a volta na quadra da minha casa (...) Os parques não são bem cuidados, tanto que os jovens não vão até eles... Quando eles querem se encontrar, eles encontram-se em postos de gasolina ou no final da Avenida Getúlio Vargas, para ouvir música e conversar na rua. (Entrevista realizada pelo autor em novembro de 2019).

Paradoxalmente, infraestrutura pública, como a mencionada pista de skate ou o calçadão, foram demolidos, enquanto que bancos e mesas foram retirados da área central. Uma nova pista de skate foi construída no Complexo Esportivo “Verdão”, que no ano de 2017 também foi demolida. A demolição das pistas deu lugar à formação da “Associação Chapecoense de Skate”, que com atividades beneficentes, tenta chamar a atenção do poder público para a necessidade da construção de uma nova pista pública.

A demolição da pista do centro, assim como a retirada das mesas e cadeiras, visam afastar os jovens do centro durante os finais de semana, muitos deles provenientes da periferia da cidade. Além de uma forte presença policial nessa área, existe um complexo sistema de monitoramento conformado por 80 câmeras. Apesar disto, durante os finais de semana, centenas de jovens e famílias provenientes de todos os bairros da cidade realizam atividades de recreação e lazer no centro, principalmente na avenida Getúlio Vargas, tanto nos horários diurnos quanto noturnos.

Em relação aos parques existentes na cidade, de maneira geral, se encontram abandonados pelo setor público, e alguns deles, como o Parque Alberto Fin ou o Parque do Belvedere, são cuidados por associações de vizinhos. A exceção à falta de cuidados públicos é o Ecoparque que, como fora mencionado, fica na área central e concentra a maior parte dos investimentos (Figura 1). Recentemente revitalizado, o Ecoparque possui uma superfície aproximada de 120.000 m², duas trilhas pavimentadas, uma de 1250 m e outra de 900 m, lago com *decks*, banheiros, um pequeno teatro e áreas de convivência.

Figura 1.
Ecoparque de Chapecó.



Fonte: Elaboração própria baseado em imagem do Google Earth e fotos do autor, 2019.

Principalmente durante os finais de semana, o parque reúne um grande número de pessoas, muitas delas provenientes das periferias, e inclusive imigrantes haitianos e venezuelanos que trabalham nas agroindústrias da cidade; enquanto que nos dias de semana, é frequentado principalmente pela classe média e alta, vizinha do parque.

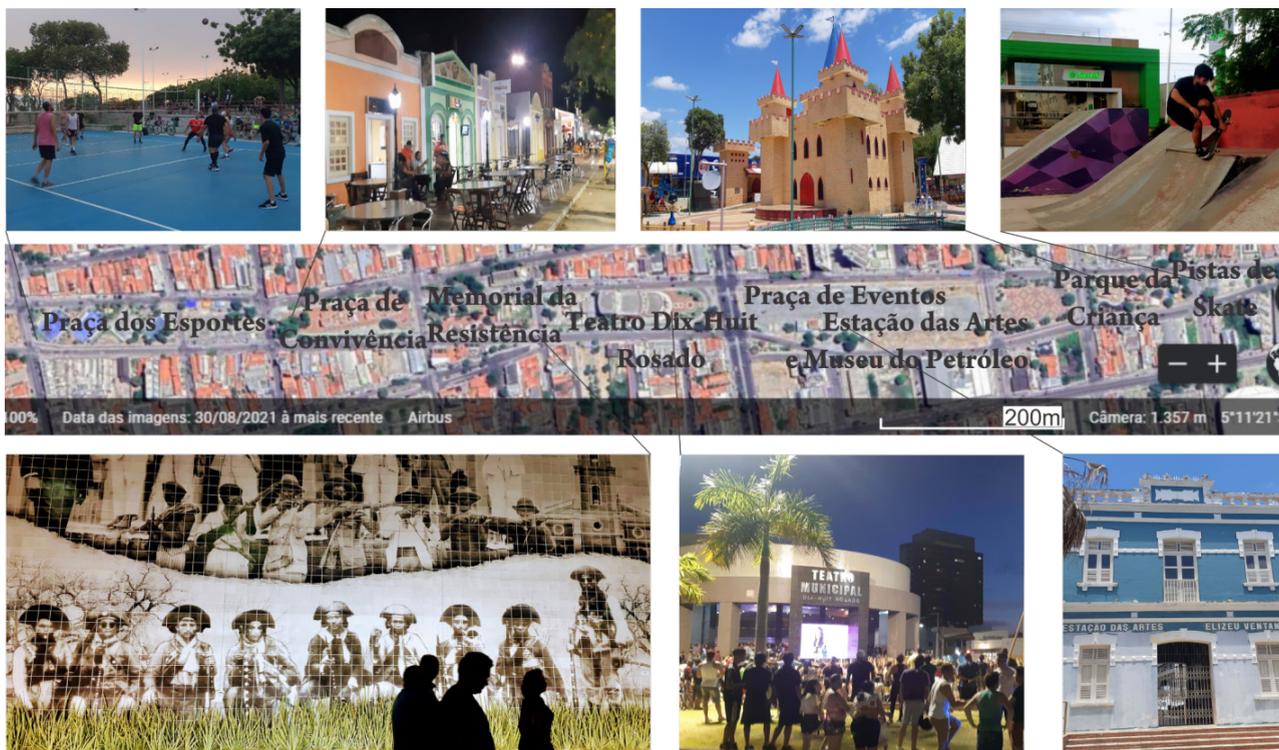
Mossoró

Uma das intervenções urbanas mais importante realizadas no espaço público de Mossoró, foi a transformação de um trecho da antiga ferrovia que atravessava a cidade, no “Corredor Cultural”, um grande complexo de recreação, esporte, cultura e consumo de 1500 m de extensão e 64.000 m² de superfície, aproximadamente. Nele se encontram presentes numerosos campos de esportes, restaurantes (Praça de Convivência), o Memorial da Resistência ao bando do “Lampião”, o maior teatro do Estado (teatro Dix-Huit Rosado), praça de eventos, Museu do Petróleo, Parque da Criança e pistas de skates (Figura 2). Se bem a obra já tinha sido iniciada, seu ritmo de construção se viu acelerado a partir do ano 2006, sob o governo da prefeita Maria de Fátima Rosado. Um ano antes, a Petrobras tinha anunciado centenas de milhões de reais em investimentos na cidade, fato que atraiu a atenção de empresas imobiliárias e impulsionou a construção do *Partage Shopping*. Assim, o bairro Nova Betânia e o centro foram se valorizando, atraindo bancos e estabelecimentos comerciais voltados à classe média.

Se bem o Corredor cultural foi pensado como um espaço destinado principalmente à classe média e alta que mora nos seus arredores, nas observações realizadas, assim como nas enquetes aplicadas, comprovamos que, a semelhança do que acontece no centro de Chapecó, durante os finais de semana, esse local congrega a um grande número de usuários provenientes de bairros periféricos. Já durante os dias de semana, os usuários que o frequentam, são moradores do entorno, pertencentes às classes média e alta da cidade.

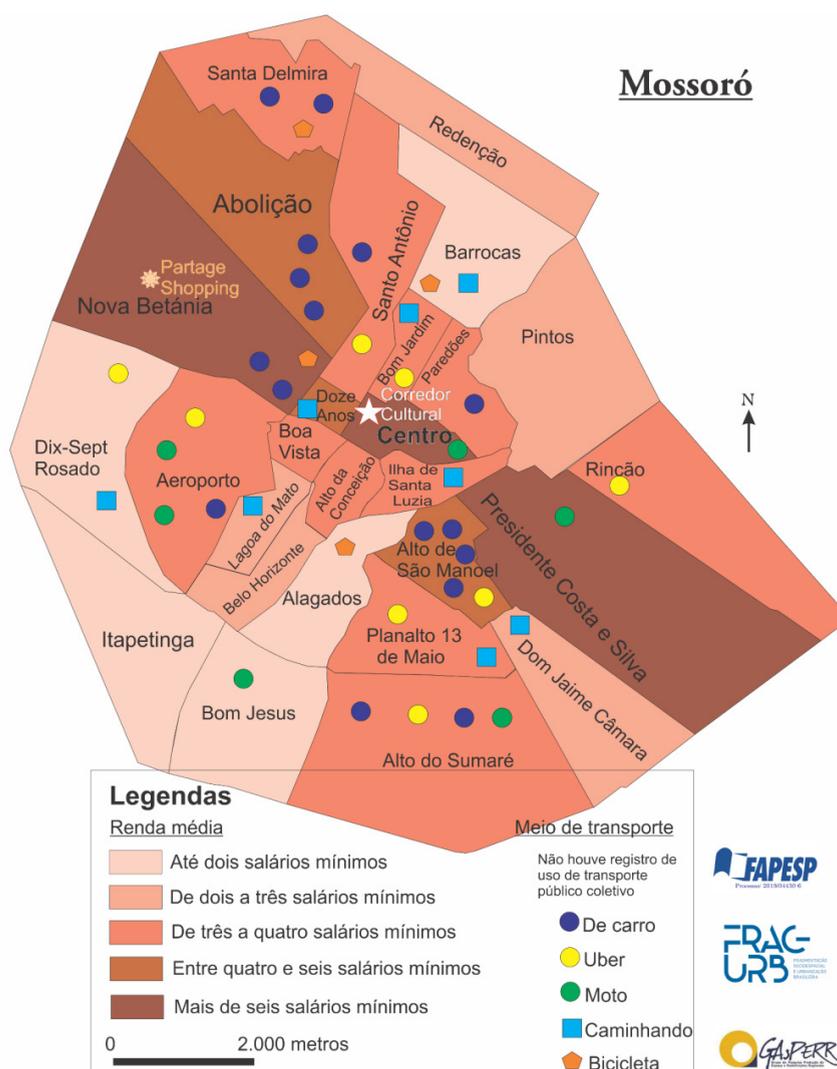
Neste sentido, na Figura 3, podemos ler o bairro de procedência dos usuários do Corredor Cultural e o transporte utilizado, assim como o nível econômico de cada um dos bairros da cidade. As informações utilizadas para confeccionar a referida figura, foram extraídas das enquetes aplicadas durante um dos trabalhos de campo, na tarde do domingo 20 de outubro de 2019. Nelas, não se verificaram movimentações através de transporte público, devido a que o mesmo é muito precário na cidade, e nos dias domingos funciona somente até às 12h. Não obstante, percebemos que muitos dos usuários chegam ao Corredor Cultural compartilhando carona ou dividindo a conta do Uber. Chamou nossa atenção o importante número de usuários que se deslocam caminhando ou de bicicleta, percorrendo distâncias relativamente longas, procedentes de bairros distantes e de baixos recursos.

Figura 2.
Corredor Cultural de Mossoró.



Fonte: Elaboração própria baseado em imagem do Google Earth e fotos do autor, 2022.

Figura 3.
Bairro de procedência e transporte utilizado pelos frequentadores do Cultural de Mossoró (RN).



Fonte: enquetes aplicadas no dia domingo 20 de outubro de 2019, entre às 16h e 19h. Elaborado pelo autor.

Além do Corredor Cultural, no centro realizamos observações nas seguintes praças: da Saudade, Dix-Huit Rosado, Rafael Fernandes, Rodolfo Fernandes, Vigário Antônio Joaquim e da Redenção. Todas elas estão bem equipadas de infraestrutura e arborização, limpas e bem cuidadas pelo poder público. No entanto, observamos que são pouco frequentadas, tendo uma utilidade principalmente decorativa ou de trânsito de pedestres (Figura 4).

Figura 4.
Praças da área central de Mossoró.



Fotos do autor, 2022.

Mas enquanto que os espaços públicos centrais foram alvo de grandes investimentos públicos, nas áreas periféricas da cidade observamos que são quase inexistentes ou estão abandonados. Na maioria das praças e áreas de lazer dos bairros periféricos que visitamos, como Santa Delmira, Rincão e Vingt Rosado, podemos comprovar um sério déficit de infraestrutura e arborização (Figura 5).

Figura 5.
Praças abandonadas e ruas sem asfalto nos bairros Santa Delmira e Rincão, periferia de Mossoró.



Fotos do autor, 2022.

No entanto, no trabalho de campo de 2019, podemos observar num bairro da periferia de Mossoró, cartazes que atravessavam as ruas e nos quais podia se ler: “Sem calçamento, sem votos”, “Sem ônibus sem voto” e “Sem praça sem votos”. Ditos cartazes foram colocados pelos vizinhos do Conjunto Novo, no bairro Barrocas, que se organizaram politicamente para tentar mudar a situação precária da sua infraestrutura pública. Nas eleições que aconteceram em 2020, resultou vencedor o candidato Allyson Bezerra (Solidariedade), que num fato histórico, conseguiu deslocar do poder municipal à família Rosado, a qual levava quase 50 anos interrompidos na chefia da Prefeitura. Atualmente as ruas e calçadas do Conjunto Novo estão sendo pavimentadas.

Já nos habitats populares relacionados ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), faixa 1, há praças e campos de esportes que foram projetados junto à construção desses complexos, e que se bem precisam de manutenção, existem e são bastante utilizados por crianças principalmente, sempre no final da tarde, quando as temperaturas de Mossoró são mais amenas. De forma geral, percebemos que os moradores dos bairros periféricos fazem um uso intenso do espaço público, principalmente das calçadas, onde saem para conversar com outros vizinhos, ou realizar outras atividades de recreação (Figura 6).

Figura 6.

Uso das calçadas nos bairros Dix-Sept Rosado e PMCMV Santa Júlia, Mossoró.



Fotos do autor, 2019.

Por outro lado, os moradores de condomínios fechados de alto padrão de Mossoró, contam com numerosos espaços de lazer bem servidos de infraestrutura, e utilizam cada vez menos os espaços públicos. Essa é uma das nossas conclusões, após termos analisado 25 entrevistas realizadas a moradores desses condomínios. A título de exemplo, podemos citar a Mirtes, de 36 anos, moradora do exclusivo Alphaville:

Sim, a gente costuma utilizar a infraestrutura do condomínio, até porque tem espaço, o espaço é muito bem distribuído e dá para fazer uma caminhada, uma corrida. Aqui nós temos duas praças, campos de esportes e espaço de lazer para festas, reunião tem um restaurante, academia, academia ao ar livre, ciclovias (...) então utilizo bastante. Eu faço meu lazer no próprio condomínio. (Entrevista realizada por Cleiton Ferreira da Silva, em março de 2021).

No Alphaville de Mossoró, são organizados semanalmente encontros de *food truck* e shows musicais, e no período do carnaval, desfile de escolas de samba. Além de eventos e numerosa infraestrutura de lazer e recreação, estes condomínios contam com sofisticados sistemas de monitoramentos e guardas particulares, tanto na entrada quanto rondando dentro do condomínio.

MARABÁ

Como foi colocado, o principal espaço público de lazer da cidade é a Orla Sebastião Miranda, sobre o rio Tocantins (Figura 7), que a partir de 2017 começou a receber fortes investimentos, transformando-se no cartão postal de Marabá. Nessa orla, entre a Praça São Félix de Valois e a Praça do Pescador existe uma ampla gama de infraestrutura de recreação, esporte e lazer, como campos de esportes, calçada para caminhadas

e corridas, rampas de acesso ao rio, bancos com guarda-sol, quiosques, jardineiras, academia ao ar livre e praça de eventos. A orla se encontra localizada no núcleo Marabá Pioneira, o mais antigo da cidade e área que concentra principalmente moradias e comércios populares. Não obstante, as reformas na orla têm atraído restaurantes de alto padrão, cujos clientes, de maneira geral, não são vizinhos do bairro.

Durante os trabalhos de campo também observamos que os moradores dos bairros circunvizinhos fazem uso intenso da orla, onde crianças e jovens brincam na água, pescadores artesanais arrumam seus barcos e mulheres penduram roupas no guarda-corpo da orla. Pela noite, principalmente nos finais de semana, um grande número de jovens se agrupam em torno de carros de som, para beber, dançar e escutar música funk. Já alguns membros da classe alta, costumam passear com suas lanchas e iates pela frente da orla.

Figura 7.
Orla de Marabá.



Elaboração própria baseado em imagem do Google Earth e fotos do autor, 2022.

Com as frequentes “cheias” do rio, é comum que as famílias afetadas sejam abrigadas em moradias improvisadas pela prefeitura, sendo construídas nos arredores da orla, conforme apresentado na Figura 8.

Figura 8.

Abrigos para afetados pela “cheia” na Praça do Pescador e arredores, no bairro Marabá Pioneira.



Fotos do autor, 2022.

De maneira geral, tanto a Orla, localizada num bairro popular (mas com tendências à elitização), quanto as praças dos bairros centrais e de classe média da cidade, se encontram bem cuidadas pelo poder público, e inclusive foram inauguradas algumas novas a partir da gestão do atual prefeito Sebastião Miranda Filho. Já nas periferias, a falta de espaços públicos é uma demanda constante dos moradores destas áreas, como assim também, a escassa manutenção dos já existentes. Relacionado com isto, temos que considerar que Marabá, assim como outras cidades de fronteira na Amazônia, possui um alto número de assentamentos informais que foram construídos pelos próprios moradores sem nenhum tipo de planejamento formal, sobre terras de propriedade privada, da União ou da prefeitura.

Conforme observado nos trabalhos de campo, nestes bairros geralmente não existem praças ou campos de esporte “formais”, mas é comum encontrar terrenos desocupados sendo utilizados para jogar futebol ou realizar outras atividades de lazer, conforme apontou Walter, de 23 anos, morador do bairro Infraero:

Aqui não há espaços de lazer. Lá perto o Núcleo de Educação Infantil tem um espaço grande, mas não tem nada lá, é só um espaço vago. Nesse espaço vago tem vários jovens que vão para lá para jogar bola, os jovens

que moram ali nas proximidades, eles se reúnem lá para jogar bola, no chão mesmo, é um chãozinho até que bom, é aquele barrinho batido. (Entrevista realizada por Jean Legroux, em janeiro de 2021).

Por outro lado, os transportes públicos, que poderiam ajudar na integração da cidade, são muito precários, afetando principalmente os bairros periféricos e acentuando a fragmentação numa cidade já “retalhada” pelos rios e a rodovia transamazônica.

Nessas condições, uma das únicas práticas de lazer dos vizinhos de bairro periféricos entrevistados, é a frequência aos cultos das igrejas evangélicas. Das 10 entrevistas realizadas, todos declararam assistir a cultos frequentemente. A presença de igrejas evangélicas é muito comum em Marabá, principalmente nas áreas periféricas, se configurando uns dos únicos espaços de sociabilidade nesses bairros. Se bem não é objeto de nossa análise, sabemos que as igrejas desempenham um papel destacado não só no estabelecimento de relações sociais, senão também na formação da “esfera pública” das comunidades onde atuam, desenvolvendo assim, um importante papel político.

Contrastando marcadamente com a realidade social dos bairros periféricos de Marabá, não muito longe deles e ainda nas periferias dos núcleos, existe um acelerado processo de construção de condomínios fechados, verticais e horizontais de alto padrão. O extenso artigo publicado pelo jornal Correio dos Carajás, começa afirmando que:

“Passadas as fases de invasões urbanas e implantação de loteamentos, os condomínios são a bola da vez na cidade que não para de crescer”. No artigo, o jornal revela que existem 51 condomínios fechados na cidade, e que só desde 2011 foram construídos 15 horizontais e 10 verticais, todos para moradores de média e alta renda. Eles oferecem uma ampla gama de opções de lazer, como quadras de esportes, ciclovias, piscinas, churrasqueiras, espaços gourmet, lagos e áreas verdes, além de fortes esquemas de segurança (“A era dos condomínios”, 2022).

Conclusões

A análise destas três cidades revela que o espaço público, a contramão do que renomados autores como Sennett e David escreveram, não está morto, nem tampouco podemos considerar que sua destruição (física) signifique o final das práticas de socialização que nele, ou em torno dele, são realizadas. A reação à destruição da pista de skate no centro de Chapecó, implicou na ocupação do estacionamento da Havan, e inclusive, possibilitou o surgimento da Associação Chapecoense de Skate, que defende e organiza a atividade na cidade. A falta de “espaços públicos formais”, é substituída por formas de organização e usos criativos do espaço, como também foi o caso de Marabá, onde um terreno baldio se transformou num campo de futebol.

A análise realizada neste texto, também demonstrou que o espaço público está sendo intensamente utilizado pelas classes populares, tanto para realizar práticas de lazer e sociabilização, quanto para gerar uma

renda que permita a subsistência. Neste sentido, o investimento público realizado em grandes parques ou áreas de lazer localizados em áreas centrais da cidade, atrai usuários de diferentes faixas de renda.

Sendo assim, os chamados “cartões postais” destas cidades, que concentram os recursos das prefeituras objetivando agradar às classes médias, conseguem também ser frequentados pelos setores populares, principalmente durante os finais de semana. Isto acontece porque o tamanho destas cidades permite deslocamentos para esses lugares sem grandes contratempos, e apesar dos problemas de transporte público evidenciados. A este tipo de fragmentação temporal denominamos de “temporalidades diferenciadas”, e ele representa o fato de que em cidades médias, é comum que um mesmo espaço público, geralmente central e bem equipado em infraestrutura, segurança e serviços, seja utilizado por usuários de diferentes faixas de rendas, mas em dias ou períodos de tempo diferentes.

Por outro lado, comprovamos que os investimentos em infraestrutura pública de lazer vão decrescendo conforme nos afastamos das áreas centrais e de classe média. No entanto, é também nas periferias dessas cidades onde se estão localizando os condomínios fechados de alto padrão, que oferecem formas privatizadas de espaços públicos e segurança, ressignificando desta maneira o tradicional paradigma urbano “centro-periferia”, conforme a teoria relacionada à fragmentação socioespacial.

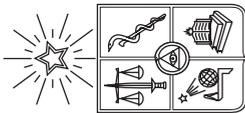
O aumento da gestão privada na cidade, a crescente construção de condomínios fechados, e os problemas de transporte que pudemos corroborar, nos permitem afirmar que existe um processo de fragmentação socioespacial em Chapecó, Marabá e Mossoró. Este processo atrapalha o desenvolvimento social, intensifica as desigualdades e limita o direito à cidade. Contudo, também evidenciamos formas de resistência, disputa e organização social e espacial que confrontam com o mencionado processo e refutam as teorias excessivamente pessimistas sobre a morte ou destruição inexorável do espaço público. Por fim, o significado de espaços públicos em cidades como Marabá, onde boa parte da sua superfície está localizada sobre terrenos de propriedade privada que foram “ocupados”, deve ser reinterpretado.

Referências bibliográficas

- A era dos condomínios muda a cara de Marabá: Passadas as fases de invasões urbanas e implantação de loteamentos, os condomínios são a bola da vez na cidade que não para de crescer. (2022, 4 de abril). Correo dos Carajás. <https://correiodoc.correiodecarajas.com.br/a-era-dos-condominios/>.
- Alves, G. (2016). Processos de requalificação das áreas centrais das cidades de Belém, Marabá e São Paulo. *GEOUSP, Espaço e Tempo*, 20(2), 364-375. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2016.122415>
- Antunes, C. (2009). *Do passeio na avenida à balada no prolonga: sociabilidade no espaço público: o caso da Avenida Getúlio Vargas, Chapecó (SC)* [Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina]. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/92348>
- Bender, P. e Góes, E. (2022). As disputas e a lógica fragmentária: novas relações entre espaços públicos e privados em Chapecó - SC. *Caminhos de Geografia*, 23(85), 54-68. <https://doi.org/10.14393/RCG238557336>
- Caldeira, T. (2000). *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. Editora 34/Edusp.
- Cardoso, A. e Bibas, L. (2015, 11-13 novembro). *Uma reflexão sobre os espaços públicos na cidade de fronteira: o caso de Marabá* [Apresentação]. II Encontro Nacional de Tecnologia Urbana - ENURB / V Simpósio de Pós-Graduação em Engenharia Urbana / II Simpósio de Infraestrutura e Meio Ambiente, Passo Fundo.
- Cassou, A. (2009). *Características ambientais, frequência de utilização e nível de atividade física dos usuários de parques e praças de Curitiba*. [Dissertação de Mestrado, Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Paraná]. <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/20923>
- Castro, C. (2012). *O corredor cultural: espaço de materialização da exclusão social em Mossoró-RN*. [Tese de Doutorado em Desenvolvimento Regional; Cultura e Representações, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal]. <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/13807>
- Costa, J. (2010). Parceria público-privada na gestão municipal do lazer: encontros e desencontros na “Praça da Criança” na cidade de Mossoró/RN. *Revista Espaço Acadêmico*, 10(112). <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/9844>
- Crawford, M. (2014). Difuminando los límites: espacio público y vida privada. In A. Ramos (Ed.), *La calle moderna en 30 autores contemporáneos y un pionero* (pp. 122-132). UPB.
- Davis, M. (2003). *Cidade de quartzo. Escavando o futuro em Los Angeles*. Scritta Editorial.
- Delgado, M. (2011). *El espacio público como ideología*. La Catarata.
- Deutsche, R. (2018). Agoraphobia. *Arte & Ensaios*, (36), 116-173. <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/22488>
- Duhau, E. e Giglia, A. (2004). Espacio público y nuevas centralidades. Dimensión local y urbanidad en las colonias populares de la ciudad de México. *Papeles de Población*, 10(41), 167-194. <https://rppoblacion.uaemex.mx/article/view/8746>
- Fraser, N. (1993). Repensar el ámbito público: una contribución a la crítica de la democracia realmente existente. *Debate Feminista*, 7, 23-58. <https://doi.org/10.22201/cieg.2594066xe.1993.7.1640>

- Góes, E. e Melazzo, E. (Orgs.). (2022). *Metodologia de pesquisa em estudos urbanos: procedimentos, instrumentos e operacionalização*. Consequência.
- Gomes, P. (2002). *A condição urbana - ensaios de geopolítica da cidade*. Bertrand.
- Habermas, J. (2003). *Mudança estrutural da esfera pública*. Tempo Brasileiro.
- Keschner, B. (2017). *Espaços (semi) públicos de sociabilidade juvenil em Chapecó*. [Licenciatura em Geografia, Universidade Federal da Fronteira Sul]. <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/1436>
- Liberali, G. (2019). *Cadê a pista? Skate e gentrificação na cidade de Chapecó-SC, 2007*. [Licenciatura em História, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó]. <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/3499>
- Lima, M. (2021). A ribeira da orla de Marabá-PA. Espacialidades e territorialidades urbanas em uma cidade amazônica em transformação. *Acta Geográfica*, 15(37). <https://doi.org/10.18227/2177-4307.acta.v15i37.1932>
- Lindón, A. (2006). Geografías de la vida cotidiana. In: A. Lindón y D. Hiernaux (Ed.), *Tratado de geografía humana* (pp. 356- 400). Antrophos.
- Macedo, S. (2002). *Parques urbanos no Brasil*. Editora da Universidade de São Paulo.
- Nascimento, E. e Beserra, F. (2011). Espaço e lugar: metamorfoses das formas e das funções na Avenida Rio Branco, Mossoró-RN. *Revista CGS*, 13(1). <http://rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/22>
- Prévôt-Schapira, M. (2001). Fragmentación espacial y social: conceptos e realidades. *Perfiles Latinoamericanos*, 9(19), 33–56. <https://perfilesla.flacso.edu.mx/index.php/perfilesla/article/view/315>
- Sennett, R. (1999). *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. Companhia das Letras.
- Serpa, A. (2004). Microterritórios e segregação no espaço público da cidade contemporânea. *Revista Cidades*, 10(17), 62-75. <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12017>
- Silva, R. (2017). *A territorialidade da prostituição travesti nos espaços públicos de marabá: o caso da Praça Monsenhor Baltazar* [Apresentação]. I Simpósio de Produção Científica: Espaço de Integração Acadêmica e Científica, Unifesspa, Marabá. https://spc.unifesspa.edu.br/images/Posters_SPC/ROBSONCARNEIRODA-SILVA.pdf
- Sousa, E. e Beserra, F. (2021). Economia informal, espaço público e territórios dos camelôs em Mossoró (RN). *Espaço Aberto*, 11(1), 99-117. <https://doi.org/10.36403/espacoaberto.2021.34954>
- Souza, A. F. d. (2018). Os espaços públicos nas cidades contemporâneas: uma (re)visão. *Geografares*, (26), 182-213. <https://doi.org/10.7147/GEO26.21005>
- Sposito, M. e Góes, E. (2013). *Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial*. Unesp.

revistainvi



Revista INVI es una publicación periódica, editada por el Instituto de la Vivienda de la Facultad de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad de Chile, creada en 1986 con el nombre de Boletín INVI. Es una revista académica con cobertura internacional que difunde los avances en el conocimiento sobre la vivienda, el hábitat residencial, los modos de vida y los estudios territoriales. Revista INVI publica contribuciones originales en español, inglés y portugués, privilegiando aquellas que proponen enfoques inter y multidisciplinares y que son resultado de investigaciones con financiamiento y patrocinio institucional. Se busca, con ello, contribuir al desarrollo del conocimiento científico sobre la vivienda, el hábitat y el territorio y aportar al debate público con publicaciones del más alto nivel académico.

Directora: Dra. Mariela Gaete Reyes, Universidad de Chile, Chile

Editor: Dr. Luis Campos Medina, Universidad de Chile, Chile.

Editores asociados: Dr. Gabriel Felmer, Universidad de Chile, Chile.

Dra. Rebeca Silva Roquefort, Universidad de Chile, Chile

Mg. Juan Pablo Urrutia, Universidad de Chile, Chile

Coordinadora editorial: Sandra Rivera, Universidad de Chile, Chile.

Asistente editorial: Katia Venegas, Universidad de Chile, Chile.

Traductor: Jose Molina Kock, Chile.

Diagramación: Ingrid Rivas, Chile

Corrección de estilo: Leonardo Reyes Verdugo, Chile

COMITÉ EDITORIAL:

Dr. Victor Delgadillo, Universidad Autónoma de la Ciudad de México, México.

Dra. María Mercedes Di Virgilio, CONICET/ IIGG, Universidad de Buenos Aires, Argentina.

Dra. Irene Molina, Uppsala Universitet, Suecia.

Dr. Gonzalo Lautaro Ojeda Ledesma, Universidad de Valparaíso, Chile.

Dra. Suzana Pasternak, Universidade de São Paulo, Brasil.

Dr. Javier Ruiz Sánchez, Universidad Politécnica de Madrid, España.

Dra. Elke Schlack Fuhrmann, Pontificia Universidad Católica de Chile, Chile.

Dr. Carlos Alberto Torres Tovar, Universidad Nacional de Colombia, Colombia.

Sitio web: <http://www.revistainvi.uchile.cl/>

Correo electrónico: revistainvi@uchilefau.cl

Licencia de este artículo: Creative Commons Atribución-CompartirIgual 4.0
Internacional (CC BY-SA 4.0)